REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O IMPACTO DOS ATESTADOS MÉDICOS NO SERVIÇO HOSPITALAR DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MILITARES ESTADUAIS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE CONCURSADOS PELA SESP/PR

THE IMPACT OF MEDICAL CERTIFICATES ON THE HOSPITAL SERVICE OF THE MILITARY POLICE OF PARANÁ: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN STATE MILITARY PERSONNEL AND HEALTH PROFESSIONALS HIRED BY SESP/PR

EL IMPACTO DE LOS CERTIFICADOS MÉDICOS EN EL SERVICIO HOSPITALARIO DE LA POLICÍA MILITAR DE PARANÁ: UN ANÁLISIS COMPARATIVO ENTRE MILITARES ESTATALES Y PROFESIONALES DE LA SALUD CONCURSADOS POR LA SESP/PR

Caroline Schweigert Costa[1]

e676599
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6599

PUBLICADO: 7/2025

RESUMO

Este estudo analisa o impacto dos afastamentos por motivo de saúde no Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), por meio de uma comparação entre dois grupos profissionais: militares estaduais e servidores civis do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR). A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, com análise descritivo-comparativa de dados administrativos referentes ao ano de 2024, contemplando número de atestados, dias de afastamento e frequência mensal de licenças médicas. O HPM conta com 199 profissionais de saúde, sendo 96 militares e 103 servidores civis. Os resultados apontam que, embora os militares representem 48% do efetivo, concentraram 54,47% dos afastamentos e mais de 86% do total de dias afastados no período analisado. A média de dias de afastamento por servidor militar foi significativamente superior à observada entre os servidores civis. Tal discrepância pode ser atribuída a fatores como regime funcional, modelo de remuneração e condições de trabalho. A menor incidência de afastamentos entre os civis, por sua vez, pode estar relacionada à perda de gratificações em caso de licença, o que desestimula a apresentação de atestados. Conclui-se que políticas de valorização profissional, saúde ocupacional e gestão estratégica de pessoas são essenciais para mitigar os impactos do absenteísmo e garantir a eficiência dos serviços prestados. Recomenda-se a ampliação de estudos longitudinais e a análise em outras unidades hospitalares para o aprofundamento das conclusões.

PALAVRAS-CHAVE: Atestado médico. Absenteísmo. Saúde pública. Polícia Militar. Gestão de pessoas.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of health-related leaves at the Hospital of the Military Police of Paraná (HPM), through a comparison between two professional groups: state military personnel and civil servants from the Executive Branch's Own Staff (QPPE), linked to the State Secretariat for Public Security of Paraná (SESP/PR). The research adopts a qualitative-quantitative approach, with a descriptive-comparative analysis of administrative data from the year 2024, including the number of medical certificates, days of leave, and monthly frequency of medical absences. HPM has 199 healthcare professionals, 96 of whom are military and 103 civil servants. Results show that, although military personnel represent 48% of the workforce, they accounted for 54.47% of the medical leaves and over 86% of the total days off in the analyzed period. The average number of leave days per military member was significantly higher than that of civil servants. This discrepancy

[1] PMPR-UFPR.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

may be attributed to factors such as legal regime, remuneration model, and working conditions. On the other hand, the lower rate of leaves among civil servants may be related to the loss of bonuses when on leave, which discourages taking medical time off. The study concludes that professional appreciation policies, occupational health programs, and strategic personnel management are essential to mitigate absenteeism and ensure efficient public service delivery. It is recommended to expand longitudinal studies and conduct comparative analyses in other military hospital units.

KEYWORDS: *Medical certificate. Absenteeism. Public health. Military police. Personnel management.*

RESUMEN
Este estudio analiza el impacto de las licencias médicas en el Hospital de la Policía Militar de Paraná (HPM), a través de una comparación entre dos grupos profesionales: militares estatales y servidores civiles del Cuadro Propio del Poder Ejecutivo (QPPE), vinculados a la Secretaría de Estado de Seguridad Pública de Paraná (SESP/PR). La investigación adopta un enfoque cuali-cuantitativo, con análisis descriptivo-comparativo de datos administrativos correspondientes al año 2024, considerando el número de atestados médicos, los días de licencia y la frecuencia mensual de los alejamientos. El HPM cuenta con 199 profesionales de la salud, siendo 96 militares y 103 civiles. Los resultados revelan que, aunque los militares representan el 48% del personal, concentraron el 54,47% de las licencias y más del 86% del total de días de ausencia en el período analizado. El promedio de días de licencia por militar fue significativamente superior al de los servidores civiles. Esta discrepancia puede explicarse por factores como el régimen jurídico, el modelo de remuneración y las condiciones laborales. A su vez, la menor incidencia de licencias entre los civiles puede estar relacionada con la pérdida de gratificaciones en caso de alejamiento, lo que desincentiva la presentación de atestados médicos. Se concluye que son esenciales políticas de valorización profesional, programas de salud ocupacional y una gestión estratégica de personal para mitigar el ausentismo y garantizar la eficiencia del servicio público. Se recomienda ampliar los estudios longitudinales y analizar otras unidades hospitalarias militares.

PALABRAS CLAVE*: Atestado médico. Ausentismo. Salud pública. Policía militar. Gestión de personas.*

INTRODUÇÃO

O Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM) é uma unidade hospitalar de médio porte, subordinada à Polícia Militar do Paraná conforme estabelecido na Lei Estadual nº 22.354/2025, que define a nova Estrutura e Organização Básica da PMPR e fixa seu efetivo, incluindo o HPM como órgão subordinado à Diretoria de Saúde. Desde sua criação, a instituição vem oferecendo assistência médica aos militares estaduais — ativos, inativos e seus dependentes — contando historicamente com a atuação de policiais militares com formação na área da saúde, nos quadros de oficiais médicos, oficiais combatentes com formação específica e oficiais do quadro especial administrativo.

Um aspecto menos conhecido, porém, fundamental para a compreensão da dinâmica institucional, é a presença de profissionais de saúde civis, concursados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) e integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), instituído pela Lei Complementar Estadual nº 108/2005. Esses servidores atuam no HPM

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

sob o regime estatutário previsto na Lei Estadual nº 6.174/1970, que rege os servidores civis do Estado do Paraná. Essa composição híbrida — de militares e civis — acrescenta uma camada de complexidade à gestão de pessoal, especialmente no que se refere aos processos administrativos, regimes jurídicos e condições de trabalho.

Atualmente, o HPM conta com 96 militares em atividade, sendo 15 oficiais de saúde, 2 oficiais combatentes e 2 oficiais do Quadro Especial Administrativo. Pelo QPPE, atuam 2 médicos, 33 enfermeiros, 56 técnicos de enfermagem e 12 auxiliares de enfermagem, compondo uma força de trabalho diversa e interdependente.

Neste contexto, a ocorrência de afastamentos por motivo de saúde — registrados por meio de atestados médicos — representa um fator de impacto relevante na operação do hospital. A variação nos regimes jurídicos e funcionais entre os dois grupos pode influenciar os padrões de absenteísmo, os procedimentos administrativos para concessão de licenças e as consequências práticas na escala de trabalho e na continuidade da assistência prestada.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a incidência dos atestados médicos no serviço hospitalar da Polícia Militar do Paraná, por meio de uma análise comparativa entre militares estaduais e profissionais de saúde concursados pela SESP/PR.

Objetivos Específicos

- Quantificar o número e a frequência de atestados médicos emitidos entre os dois grupos profissionais;
- Calcular a média de dias de afastamento por categoria funcional;
- Avaliar os reflexos desses afastamentos na organização do trabalho e na rotina hospitalar;
- Identificar lacunas na gestão de pessoal e propor estratégias voltadas à qualificação dos processos de controle.

Ao abordar essas questões, busca-se contribuir para a construção de um diagnóstico preciso sobre o impacto dos afastamentos médicos no HPM, subsidiando a formulação de políticas institucionais mais eficientes, tanto na gestão de pessoas quanto na promoção da saúde do trabalhador. Além disso, espera-se que a comparação entre diferentes vínculos funcione como instrumento de reflexão para a melhoria dos processos de governança e sustentabilidade dos serviços públicos de saúde prestados à corporação policial militar.

MÉTODO

A presente pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, caracterizando-se como um estudo descritivo-comparativo com foco na gestão de pessoas no setor público de segurança e saúde. O objetivo é analisar o impacto dos atestados médicos no funcionamento do Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), a partir da comparação entre servidores militares estaduais e profissionais civis vinculados ao Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), ambos atuantes no

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

serviço hospitalar da Corporação. Essa combinação metodológica permite uma análise abrangente, articulando a objetividade dos dados estatísticos com a complexidade das estruturas institucionais, conforme propõem Minayo (2004) e Gil (2019) em seus estudos sobre abordagens integradas em ciências sociais aplicadas.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com fins analíticos e propositivos, que se insere no campo da administração pública e da saúde coletiva, conforme orientações de Brito e Carvalho (2020) sobre gestão do ciclo de vida de ativos e pessoas no setor público. A dimensão quantitativa permite o levantamento de dados objetivos sobre o absenteísmo, enquanto a dimensão qualitativa possibilita uma leitura crítica dos dados à luz das normas institucionais, das condições de trabalho e das especificidades dos regimes funcionais distintos (Ferreira; Costa, 2021).

A população da pesquisa corresponde ao total de profissionais de saúde lotados no HPM, compreendendo:

- Militares estaduais: 96 servidores (15 Oficiais de Saúde, 2 Oficiais Combatentes, 2 Oficiais do Quadro Especial Administrativo e demais praças);
- Servidores civis (QPPE): 2 médicos, 33 enfermeiros, 56 técnicos de enfermagem e 12 auxiliares de enfermagem.

A opção pelo método ocorreu em função do censo completo da população-alvo, evitando inferências estatísticas e assegurando a totalidade dos dados disponíveis (Gil, 2019).

A coleta de dados foi realizada por meio da extração de registros administrativos e estatísticos fornecidos pelas seções competentes do HPM e da Diretoria de Saúde da PMPR. As variáveis consideradas referem-se ao ano de 2024 e incluem:

- Total de atestados médicos apresentados;
- Número de servidores com ao menos um afastamento;
- Total de dias de afastamento por servidor;
- Casos com afastamentos superiores a 30 dias consecutivos.

Os dados foram organizados em planilhas e submetidos à análise descritiva comparativa, com cálculo de frequências absolutas, percentuais e medidas de tendência central. A comparação entre os dois grupos (militares e QPPE) foi feita com base nos indicadores mencionados, permitindo avaliar possíveis diferenças relacionadas ao regime funcional.

A análise qualitativa foi embasada em documentos institucionais e legais, bem como em autores na área sociológica que discutem interdependências institucionais, e em autores de políticas e gestão pública que abordam a inovação na gestão pública. Por fim, destaca-se que a pesquisadora tem a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Universidade Federal do Paraná, sob o CAAE nº 88770618.4.0000.0102 e parecer nº 5.414.934, garantindo a observância dos princípios éticos exigidos pela Resolução CNS nº 510/2016.

ANÁLISE DOS DADOS

O funcionamento regular de uma unidade hospitalar está diretamente relacionado à composição e estabilidade de sua força de trabalho. Em ambientes onde há convivência de vínculos estatutários distintos, como é o caso do Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), os desafios de gestão tornam-se ainda mais complexos, exigindo estratégias específicas para lidar com questões como escalas, sobrecarga e afastamentos por motivo de saúde (Brito; Carvalho, 2020; Ferreira; Costa, 2021).

No HPM, a estrutura de pessoal é composta tanto por profissionais militares quanto por servidores civis vinculados ao Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), o que implica regimes jurídicos, critérios de controle e rotinas administrativas diferenciadas (Paraná, 2005; Paraná, 1970). Essas distinções podem influenciar não apenas as formas de afastamentos, mas também os impactos operacionais resultantes da ausência de servidores.

Para compreender o impacto dos atestados médicos na dinâmica hospitalar, é necessário, em primeiro lugar, apresentar a distribuição do efetivo por categoria funcional. O Quadro 1, a seguir, sistematiza os dados referentes ao efetivo, com base em informações administrativas obtidas junto ao próprio hospital. As categorias foram organizadas conforme o vínculo institucional dos servidores, permitindo visualizar a proporção de cada grupo na composição da força de trabalho da unidade.

Quadro 1. Efetivo do Hospital da Polícia Militar por categoria funcional

Categoria	Quantidade	Percentual do Efetivo (%)
Oficiais de Saúde (Militares)	15	7,54
Oficiais Combatentes (Militares)	2	1,01
Oficiais QOA (Militares)	2	1,01
Praças (Militares)	77	38,69
Médicos (QPPE)	2	1,01
Enfermeiros (QPPE)	33	16,58
Técnicos de Enfermagem (QPPE)	56	28,14
Auxiliares de Enfermagem (QPPE)	12	6,03

Fonte: Dados da autora (2025) com base em registros administrativos e META4

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Agora, partiremos para a análise dos afastamentos, primeiramente do efetivo QPPE, nos dados que apresentaremos no Quadro 2 é possível observar a dinâmica dos afastamentos por motivo de saúde entre os servidores civis do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) que atuam no Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM) ao longo do ano de 2024. Foram considerados os atestados médicos com duração expressa em dias e as declarações de comparecimento por período, frequentemente utilizadas em consultas ou procedimentos ambulatoriais breves.

Quadro 2. Afastamentos distribuído por mês e duração, Enfermeiros e Técnicos/Auxiliares-2024

Mês	1 dia Enf.	2 dias Enf.	3 dias Enf.	1 dia (Téc)	2 dias (Téc)	3 dias (Téc)
Janeiro	1	0	0	9	1	0
Fevereiro	0	1	0	1	0	0
Março	2	0	0	1	0	0
Abril	2	1	0	2	1	0
Maio	2	0	2	3	0	0
Junho	1	0	0	3	1	0
Julho	1	0	0	2	0	0
Agosto	1	0	0	2	1	0
Setembro	1	0	0	3	0	0
Outubro	1	0	0	1	1	0
Novembro	2	0	0	0	1	0
Dezembro	1	0	0	7	1	1

Fonte: Dados da autora, com a análise dos atestados apresentados encaminhados para a CGE

Verifica-se uma distribuição relativamente constante de afastamentos durante o ano, com picos em determinados meses, como abril, novembro e dezembro. Os técnicos e auxiliares de enfermagem concentraram a maior parte dos afastamentos por atestados em praticamente todos os meses, refletindo talvez a maior carga numérica dessa categoria no efetivo total, bem como as condições laborais às quais estão expostos — muitas vezes com jornadas intensas e tarefas fisicamente exaustivas.

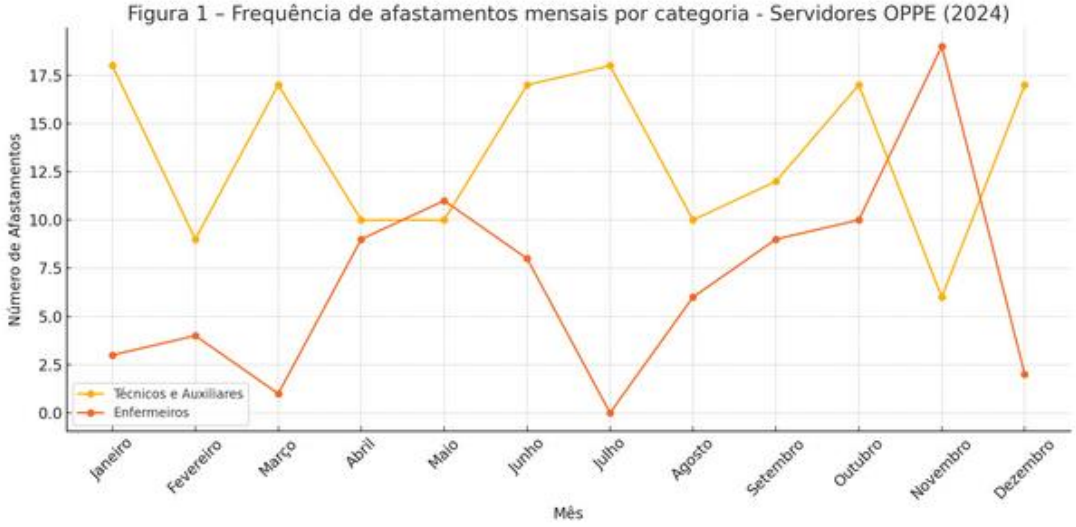
Entre os enfermeiros, os afastamentos por declaração de comparecimento ocorreram com frequência elevada, especialmente nos meses de agosto, outubro e novembro. Isso pode indicar um padrão de uso desse recurso como forma de resolver demandas de saúde sem comprometer a totalidade da jornada de trabalho. A maior incidência de atestados curtos (1 a 3 dias) em ambas as categorias também sugere a predominância de afastamentos por condições clínicas leves, como síndromes gripais ou procedimentos de curta recuperação.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Cabe destacar que, embora os números absolutos não sejam expressivos quando analisados individualmente, a soma dos afastamentos distribuídos ao longo dos meses tem impacto direto na composição das escalas, principalmente em um contexto de efetivo reduzido e altamente especializado. A análise dos afastamentos dos servidores QPPE permite compreender padrões de comportamento funcional e reforça a importância do acompanhamento sistemático desses indicadores para fins de gestão da força de trabalho, prevenção de sobrecargas e manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Figura 1 – Frequência de afastamentos mensais por categoria - Servidores OPPE (2024)



Fonte: Dados da autora (2025), com base em registros administrativos do HPM/PMPR.

Dando continuidade à análise dos afastamentos por motivo de saúde no Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), apresenta-se, no Quadro 3, a distribuição dos atestados médicos e declarações de comparecimento referentes aos militares estaduais ao longo do ano de 2024.

Assim como na análise dos servidores do QPPE, os dados foram organizados segundo a duração dos afastamentos e distribuídos por mês, com o objetivo de identificar padrões de ocorrência, picos de incidência e a extensão dos afastamentos em dias consecutivos.

Observa-se que, diferentemente dos profissionais civis, o grupo dos militares apresenta uma maior variabilidade na duração dos afastamentos, incluindo casos de afastamentos prolongados, como os registrados por 20, 30 e até 60 dias. Esses afastamentos de longa duração impactam significativamente a escala de trabalho e a rotina da unidade hospitalar, sobretudo em áreas técnicas e operacionais de difícil reposição imediata.

Além disso, a presença de múltiplos atestados de curta duração (1 a 3 dias), assim como o uso frequente de declarações de comparecimento, evidencia que o grupo militar também faz uso

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

das ferramentas administrativas para afastamentos por motivos clínicos leves ou pontuais, principalmente em meses de maior atividade funcional ou sazonalidade de doenças.

A análise detalhada desses afastamentos permite identificar não apenas o volume e a frequência, mas também a complexidade da gestão de pessoal no ambiente militar, marcado por normas e procedimentos próprios. A comparação entre os vínculos funcionais – civis e militares – reforça a necessidade de políticas específicas e articuladas de saúde do trabalhador no contexto da segurança pública.

Quadro 3. Afastamentos dos militares estaduais

Mês	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias	6 dias	7 dias	10 dias	15 dias	20 dias	21 dias	30 dias	acima 30
Janeiro	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Março	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Abril	1	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Maio	2	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Junho	3	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Julho	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Agosto	2	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
Setembro	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Outubro	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Novembro	2	2	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Dezembro	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0

Fonte: Dados dos atestados apresentados pelos militares.

Com base na sistematização dos afastamentos por motivo de saúde entre os militares estaduais lotados no Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), elaborou-se a Figura 2, que expressa graficamente a frequência mensal desses eventos ao longo do ano de 2024. A visualização em forma de linha permite identificar padrões de distribuição temporal, como meses de maior ou menor incidência de afastamentos e variações no volume de ocorrências curtas e prolongadas.

Nota-se que os afastamentos não seguem um padrão estável ao longo dos meses, apresentando picos expressivos nos meses de março e setembro, possivelmente associados a sazonalidades epidemiológicas (como infecções respiratórias ou viroses), à carga de trabalho acumulada em determinadas épocas ou mesmo a fatores externos que influenciam a saúde física e mental dos servidores.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

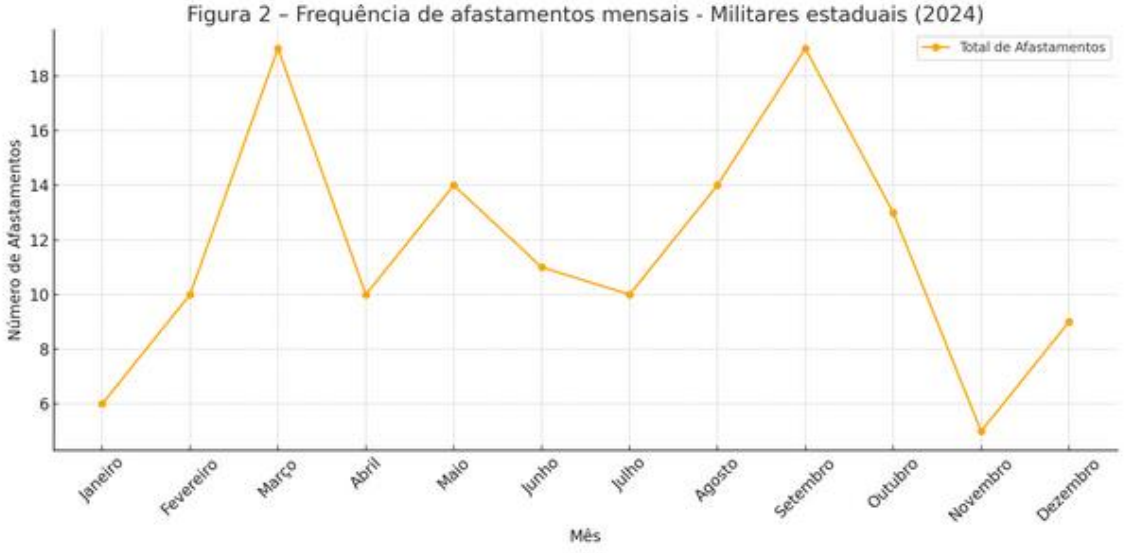
REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A visualização dos dados também reforça a presença de afastamentos de longa duração, que, embora menos numerosos, têm impacto mais acentuado na organização do serviço hospitalar.

A frequência total consolidada por mês é resultado da soma dos atestados de diferentes durações e das declarações de comparecimento, permitindo uma visão integrada da pressão funcional enfrentada pela equipe gestora do HPM no planejamento de escalas, substituições e realocação de pessoal.

Esse panorama evidencia a importância do monitoramento contínuo dos afastamentos por motivos de saúde entre os militares estaduais, não apenas como uma questão de gestão de pessoal, mas também como um indicador relevante de bem-estar ocupacional e saúde institucional.

Figura 2 – Frequência de afastamentos mensais - Militares estaduais (2024)



Fonte: Dados da autora (2025), com base em registros administrativos do HPM/PMPR.

Considerando o efetivo total do Hospital da Polícia Militar do Paraná (199 servidores ao todo) e o número total de afastamentos registrados em 2024, os percentuais de participação de cada grupo nos afastamentos são os seguintes:

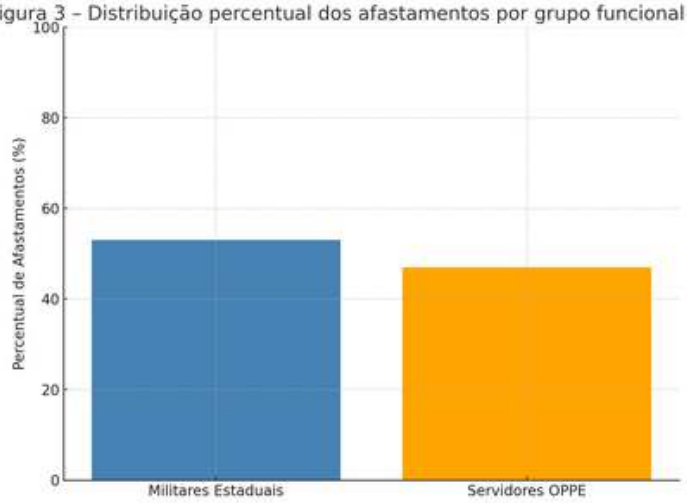
- Militares estaduais: 54,47% dos afastamentos registrados.
- Servidores civis (QPPE): 45,53% dos afastamentos registrados.

Esses dados indicam que, mesmo representando uma proporção ligeiramente menor do efetivo total (96 de 199 servidores), os militares concentraram a maioria dos afastamentos no período analisado. Isso pode sugerir um padrão de adoecimento ou de solicitação de licenças

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

médicas mais frequente entre os militares, ou ainda refletir diferenças nos procedimentos administrativos para concessão de atestados entre os dois regimes.

Figura 3 – Distribuição percentual dos afastamentos por grupo funcional (2024)



Fonte: Dados da autora (2025), com base em registros administrativos do HPM/PMPR.

Além da análise da frequência dos afastamentos, é igualmente relevante observar o tempo total de afastamento acumulado ao longo do ano, uma vez que a duração dos afastamentos impacta de forma direta a capacidade de resposta da equipe hospitalar. A mensuração dos dias totais de licenças médicas permite dimensionar com mais precisão o ônus funcional sobre os demais servidores, especialmente em setores com equipes reduzidas ou especializadas.

No ano de 2024, os militares estaduais contabilizaram um total de 869 dias de afastamento, enquanto os servidores civis do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) somaram 134 dias, considerando apenas os dias efetivamente indicados nos atestados médicos. Esse dado revela não apenas uma maior incidência de afastamentos entre os militares, mas também uma tendência a afastamentos de maior duração.

A discrepância nos totais acumulados pode estar relacionada a múltiplos fatores, como a natureza das atividades desenvolvidas por cada grupo, as condições de saúde ocupacional, ou ainda as diferenças nos procedimentos administrativos para concessão de licenças. Tal comparação evidencia a necessidade de estratégias diferenciadas de acompanhamento da saúde dos trabalhadores e de gestão de escalas nos contextos militar e civil, dentro da estrutura do HPM.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Figura 4 – Total de dias de afastamento por grupo funcional (2024)



Fonte: Dados da autora (2025), com base em registros administrativos do HPM/PMPR.

Enquanto os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) apresentaram uma média de 0,36% de afastamento em relação ao total anual de dias trabalhados, os militares estaduais registraram uma média de 2,48% — ou seja, mais de seis vezes superior à dos servidores civis.

Esse dado sugere que, proporcionalmente ao seu contingente, os militares acumulam mais dias fora de atividade por motivos de saúde.

CONSIDERAÇÕES

A análise dos afastamentos por motivo de saúde entre os servidores do Hospital da Polícia Militar do Paraná (HPM), englobando os militares estaduais e os servidores civis concursados pelo Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), evidenciou disparidades significativas tanto em relação à frequência quanto à duração dos afastamentos ao longo do ano de 2024.

Embora representem aproximadamente 48% do efetivo da unidade, os militares concentraram mais de 54% dos afastamentos registrados e cerca de 86% do total de dias afastados, com uma média de 2,48% de dias de afastamento por servidor, contrastando com 0,36% no caso dos servidores QPPE.

Tais resultados indicam que, sob a ótica da eficiência e da continuidade do serviço público, a vinculação por meio do regime estatutário civil pode representar uma alternativa mais vantajosa ao Estado, especialmente em termos de menor impacto no volume de afastamentos. No

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

entanto, é preciso ponderar que essa menor incidência de atestados entre os servidores civis também se relaciona ao modelo remuneratório vigente, que prevê o pagamento de gratificações e adicionais como o noturno e o de risco, que são suspensos em caso de afastamento. Isso tende a desestimular a apresentação de licenças médicas, mesmo quando justificadas clinicamente, criando um paradoxo entre economia e bem-estar do trabalhador.

Dessa forma, a leitura desses dados não pode se restringir a uma análise meramente contábil, devendo ser compreendida à luz das condições laborais, das políticas de valorização profissional e das especificidades de cada regime jurídico. Como salientam Brito e Carvalho (2020), é essencial que o serviço público desenvolva gestão estratégica de pessoal voltada à longevidade funcional e à saúde no trabalho. Igualmente, autores como Dejours (2009) e Elias (1990) chamam atenção para os efeitos das pressões institucionais e das dinâmicas organizacionais sobre o adoecimento dos profissionais, especialmente em contextos hierarquizados e de alta responsabilidade como os ambientes militares.

Estudos sobre burnout em profissionais militares e da saúde vinculados às forças armadas indicam prevalências elevadas de exaustão emocional e distúrbios do sono, frequentemente agravadas por jornadas extensas e ausência de espaços institucionais de escuta e acolhimento (Jenkins *et al.,* 2024; Silva *et al.,* 2022). O receio de comprometer a imagem profissional ou sofrer represálias institucionais leva muitos trabalhadores a negligenciarem sintomas iniciais, resultando em afastamentos prolongados e maior dificuldade de reintegração funcional. Dejours (2009) alerta que a organização do trabalho, quando orientada exclusivamente por metas e produtividade, pode converter-se em vetor de sofrimento psíquico, especialmente em contextos hierarquizados como os militares. Assim, torna-se essencial a adoção de políticas públicas que articulem prevenção, cuidado psicossocial e estratégias de readaptação gradativa ao serviço, promovendo a saúde integral e a sustentabilidade das equipes.

Recomenda-se, portanto, o desenvolvimento de políticas de recursos humanos mais equitativas, que contemplem programas de saúde ocupacional, ações preventivas, apoio psicossocial e mecanismos de readaptação funcional. Além disso, destaca-se a necessidade de estudos mais amplos, que envolvam análises longitudinais de afastamentos em diferentes períodos e a comparação com outros hospitais militares, permitindo maior robustez na construção de evidências para subsidiar futuras decisões de gestão pública.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. M.; CARVALHO, L. R. Gestão de ativos e ciclo de vida na administração pública: desafios e oportunidades. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 235–256, 2020.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FERREIRA, R. M.; COSTA, A. P. Governança e gestão estratégica na segurança pública: caminhos para a inovação institucional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 120–138, 2021.

FIGUEIREDO, A. R.; CAVALCANTE, L. M. Sofrimento psíquico em policiais militares: fatores de risco e estratégias institucionais de cuidado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, p. e25, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JENKINS, B. L. *et al.* Mental health outcomes in active-duty military: prevalence, stigma and barriers to care. **Military Psychology**, *[S. l.],* v. 36, n. 1, p. 17–29, 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PARANÁ. Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação e a organização do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública - QPPE. **Diário Oficial do Estado do Paraná,** Curitiba, 19 maio 2005. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2025.

PARANÁ. Lei Estadual nº 22.354, de 23 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a nova estrutura organizacional e fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 24 jan. 2025. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2025.

PARANÁ. Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. Dispõe sobre o regime jurídico dos funcionários civis do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná,** Curitiba, 17 nov. 1970. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA, M. J.; LIMA, R. M.; COSTA, P. R. Saúde mental e afastamentos laborais em contextos militares: uma análise dos fatores organizacionais. **Cadernos de Saúde do Trabalhador,** Salvador, v. 10, n. 1, p. 51-64, 2022.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.